



ONU reconhece Mar

Brasil amplia sua área marítima: a conquista da Margem Equatorial

O Brasil acaba de alcançar uma vitória histórica na ampliação de sua Plataforma Continental. Em fevereiro deste ano, a ONU reconheceu a inclusão da Margem Equatorial à área marítima brasileira, consolidando o direito soberano do País sobre o leito e o subsolo marinho em uma área de aproximadamente 360.000 km² – o equivalente ao tamanho da Alemanha. Esse marco fortalece a posição geopolítica do Brasil no Atlântico Sul e abre novas perspectivas para exploração sustentável de recursos naturais.

A decisão foi anunciada durante a 63ª Sessão da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), órgão técnico das Nações Unidas criado a partir da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), conhecida como "Lei do Mar". Foram sete anos de intensas análises, apresentações e debates entre os especialistas do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) e os peritos internacionais para que o pleito fosse atendido, representando um marco para a definição das fronteiras marítimas brasileiras.

O que significa essa conquista para o Brasil?

A Margem Equatorial brasileira estende-se além das 200 milhas náuticas (cerca de 370 km) da linha de base, desde a foz do Rio Oiapoque (AP) até o litoral norte do Rio Grande do Norte. A área abrange importantes bacias sedimentares ricas em petróleo e outros recursos naturais estratégicos. Com essa ampliação, o Brasil passa a exercer direitos soberanos sobre a exploração do leito marinho e seu subsolo, garantindo relevantes vantagens socioambientais e econômicas.

O papel do LEPLAC na definição dos limites marítimos

Instituído em 1989 pelo Decreto nº 98.145, o LEPLAC é um programa de Estado que tem como missão estabelecer juridicamente os limites exteriores da Plataforma Continental brasileira. Coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, o programa conta com a participação da Marinha do Brasil e de ministérios afins, como os da Defesa; Minas e Energia; e Ciência, Tecnologia e Inovação. Além disso, recebe apoio técnico fundamental da Petrobras e do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), bem como apoio relevante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da empresa TGS do Brasil.



gem Equatorial brasileira



Diretor de Hidrografia e Navegação, Vice-Almirante Marco Antônio Linhares Soares, com a comitiva brasileira na ONU.

Expansão contínua: novos desafios à frente

A aprovação da Margem Equatorial foi mais uma vitória na ampliação de nossa Amazônia Azul. No dia 26 de fevereiro, a Delegação Brasileira apresentou à CLPC a submissão referente às Margens Oriental e Meridional, uma região ainda mais extensa, com mais de 1.500.000 km². Esse novo processo, agora em análise, poderá representar um ganho ainda maior para o Brasil em termos de soberania marítima e potencial socioambiental e econômico.

Ao longo de décadas, diplomatas, cientistas, pesquisadores e militares da Marinha do Brasil dedicaram-se intensamente a essa missão. A coleta de dados no mar, a análise geológica minuciosa e as articulações diplomáticas foram essenciais para garantir que o Brasil consolidasse seu direito sobre essas áreas estratégicas.

Brasil, um Estado marítimo em ascensão

Mais do que uma conquista territorial, a ampliação da Plataforma Continental reforça o protagonismo do Brasil no cenário internacional. O País não apenas amplia suas fronteiras marítimas, mas também fortalece sua posição geopolítica no Atlântico Sul.

Com planejamento estratégico e diplomacia eficaz, o Brasil segue avançando na consolidação de sua soberania marítima, garantindo que as futuras gerações possam se beneficiar dos recursos de suas águas jurisdicionais. A história está sendo escrita no mar, e o Brasil, cada vez mais, assume o leme de seu destino oceânico.

Com planejamento estratégico e diplomacia eficaz, o Brasil segue avançando na consolidação de sua soberania marítima, garantindo que as futuras gerações possam se beneficiar dos recursos de suas águas jurisdicionais. A história está sendo escrita no mar, e o Brasil, cada vez mais, assume o leme de seu destino oceânico.



Representante permanente do Brasil junto à ONU, Embaixador Sérgio França Danese

"A confirmação da extensão da plataforma continental brasileira, em sua margem equatorial, evidencia a importância do conhecimento científico, da diplomacia e do direito internacional. É também resultado de coordenação minuciosa e de trabalho conjunto, liderado ao longo de anos pela Marinha do Brasil e pelo Ministério das Relações Exteriores. Se, no passado, o Itamaraty desempenhou papel fundamental na consolidação pacífica de nossas fronteiras terrestres, hoje nós nos orgulhamos de ter contribuído para mais um marco no fortalecimento de nossa Amazônia Azul".



Diretor de Hidrografia e Navegação, Vice-Almirante Marco Antônio Linhares Soares

"A partir do reconhecimento do direito de soberania do Brasil até o limite da plataforma continental, está garantido ao país avaliar a forma de melhor gerenciar essa nova região e criar e desenvolver políticas públicas alinhadas aos interesses nacionais. Entre as possibilidades, estão a exploração de hidrocarbonetos, a pesquisa científica marinha e a implementação de medidas de conservação ambiental. O país também pode utilizar a região para fortalecer sua presença militar soberana e proteger suas riquezas naturais, garantindo um desenvolvimento sustentável".



Coordenador Científico do Projeto LEPLAC, Sr. Ramsés Capilla

"A Amazônia Azul cresceu! Cresceu para o sul, cresceu para o norte, em breve crescerá para leste e o Brasil terá um outro amanhecer! Momento de orgulho e contemplação em pertencer a um time de imensa capacidade científica e profissional. Um legado supremo para nossas gerações. Por isso podemos falar: nossa Amazônia Azul cresceu!".



Diretor SGB/CPRM, Sr. Francisco Valdir Silveira

"A extensão da Margem Equatorial Brasileira reconhecida pela ONU é fruto de mais de 50 anos de pesquisas e abrange uma região estratégica que vai do Rio Grande do Norte ao Amapá, "O Brasil Equatorial", onde vivem mais de 10 milhões de pessoas. Além do potencial energético, a área abriga ecossistemas essenciais, como a floresta amazônica e os manguezais, que influenciam o clima e a biodiversidade. A continuidade dos estudos é crucial para a soberania nacional e a gestão sustentável desse espaço marinho e costeiro".

